



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

# ESTUDO DIAGNÓSTICO SOBRE O ENSINO MÉDIO NO PARÁ

Equipe de elaboração:

- Estudo do currículo: Prof. Dr. José Roberto Silva
- Diagnóstico do Ensino Médio: Prof. Me. Ricardo Pereira

Belém

2013

## INTRODUÇÃO

O Ensino Médio no estado do Pará remonta uma história de buscas intensas pela expansão e qualidade, especial na aprendizagem dos alunos, uma vez que os resultados dessa etapa de ensino no Pará não tem refletido os esforços das políticas públicas implementadas para o desenvolvimento do ensino médio paraense.

É necessário destacar que a realidade que se reproduz no Estado do Pará é resultado do que acontece na realidade brasileira, uma vez que essa etapa da Educação Básica é marcada pelo abandono e reprovação e tem sua expansão ameaçada pela evasão e anos de repetência que assolou os alunos do Ensino Fundamental que delega ao ensino médio taxas históricas de distorção idade-série. Dante Moura (2008) mostra que além desses problemas, que há muito tempo acompanham o ensino médio brasileiro, existem também as deficiências de financiamento precário, tanto por parte do governo federal, como dos governos estaduais que destinam parcelas mínimas de seus orçamentos para o financiamento do ensino médio, além de ausência de sentido para os currículos praticados nas diversas redes.

Destaca-se também que atualmente os debates sobre o Ensino Médio tem se acirrado com a intensificação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM que tem demandado discussões sobre a eficiência dessa etapa frente aos resultados alcançados pelos jovens brasileiros nessa e em outras avaliações. Observa-se que esse debate tem uma série de variáveis, uma delas é a forma de investimento do poder público em suas redes, com destaque para o governo federal que arremete dividendos em programas descontínuos que, apesar de visarem à melhoria da qualidade, as estratégias para o financiamento geralmente são marcadas por uma profunda burocracia que acaba por desviar o sentido planejado. Outra variável que guarda melhores resultados, mas profundamente marcado por um sentimento propedêutico, o Ensino Médio privado que segundo Dante Moura (2008, p.2), concentra seus esforços na aprovação nos vestibulares, especialmente nos “cursos mais concorridos das universidades públicas [...]”, focando somente o prosseguimento de estudos em detrimento da formação integral preconizada na LDBEN.

Essas situações têm gerado profundas desigualdades socieducacionais no ensino médio brasileiro, pois as taxas de escolarização em 2011 mostram o descompasso do ensino médio. Segundo a contagem do MEC/ INEP (2011) A taxa bruta foi de 82,2 e a

líquida foi de 51,6%, mostrando que 30,6% dos alunos que ingressaram no ensino médio evadiram dessa etapa da Educação Básica. Segundo essas informações dados relativos aos indicadores de movimento escolar apontam uma aprovação de 78,7%, contra uma reprovação de 12,2% e abandono de 9,1% e de distorção idade-série de 30,1%. A que se notar que esses dados quando vistos de forma geral mostram uma ligeira melhoria no que diz respeito à repetência e ao abandono em relação a anos anteriores, mas não são menos preocupantes, pois mesmo com essa melhoria, o ensino médio no Brasil tem baixa proficiência nas avaliações externas e indicadores de qualidade como o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O ENEM 2011 mostrou que esse descompasso entre eficiência do sistema e a proficiência dos alunos continua, considerando que as notas dos alunos no referido ano foi 4,0, sendo os alunos das escolas públicas os mais fragilizados em pelo menos 15 estados da federação. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB também segue a mesma tendência, ao mostrar uma média de 3,1 para o Ensino Médio brasileiro.

Esses dados revelam a complexidade que envolve essa etapa da formação dos jovens brasileiros que se constituem desafios que precisam ser enfrentados pela política educacional brasileira. A eficiência do Ensino Médio no Estado do Pará reflete o abstruso cenário dessa etapa do ensino básico, caracterizada pelas mesmas fragilidades, demandando preocupação às instituições públicas e privadas do estado, considerando que o Ensino Médio é decisivo, conforme preconizado na LDBEN, para a entrada no mundo do trabalho ou para o prosseguimento em estudos posteriores.

Desde a década de 1990, especialmente a partir de 1996, o ensino médio passou por mudanças acelerada no que concerne a sua identidade, currículo e integração ao mundo do trabalho, eixos estes que originaram um aparato legislativo bastante extenso. Nos anos de 1990, com a promulgação da LDBEN, foram editadas normas regulatórias do Ensino Médio no Brasil que teve na Resolução 03/1998 e o parecer 05/ 1998 ambos da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) foram documentos orientadores da Reforma do Ensino Médio da referida década a qual previa uma mudança profunda especialmente na identidade do ensino que deveria atuar separado da Educação Profissional. É necessário lembrar que a marca da Lei 5.692/1971 no que concerne ao ensino médio era a profissionalização compulsória e que foi

separada pela força da LDBEN 9.394/1996 e do Decreto 2.208 de 1998, o qual definia os três níveis da Educação Profissional em básico, técnico e tecnológico, separando definitivamente essa modalidade do Ensino Médio, o qual promover, segundo a concepção da reforma, “a educação para a vida”<sup>1</sup>.

Nesses documentos eram definidos princípios éticos, estéticos e políticos que deveriam embasar o currículo e a gestão da escola de Ensino Médio que deveria incorporar em seu projeto pedagógico e práxis escolar eixos norteadores como a interdisciplinaridade e a contextualização em um currículo por áreas de conhecimentos que preconizasse a identidade do jovem e as transformações do mundo produtivo e as suas tecnologias. Com o passar do tempo, as alterações propostas à LDBEN, influenciaram modificações no ensino médio, como a que ocorreu na Lei 5.154/ 2004, a qual resgatava a integração do Ensino Médio a Educação Profissional Técnica. Em 2010 a CEB/CNE editou a Resolução nº 04/2010, a qual instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, que trazia em sua seção III, orientações específicas para o ensino médio baseada em eixos de base unitária sobre a qual deve assentar-se a preparação geral para o trabalho ou não obrigatório de ser integrada a Educação Profissional Técnica, mas que deve também preconizar a ciência, a tecnologia e cultura. Esses eixos embasaram outros instrumentos normativos, como a resolução CEB/ CNE 02/2012 que orientam as unidades escolares a construir seus currículos e projetos pedagógicos direcionados a reforçarem a diversidade de interesses e necessidades dos adolescentes, jovens e adultos, fortalecendo a política implementada pelo MEC no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador.

Essa contextualização é necessária para que possamos compreender a dimensão a qual deve se debruçar o Fórum do Ensino Médio do CEE/PA, cuja finalidade é debater o Ensino Médio e, nos limites estaduais, propor medidas necessárias para a melhoria de seus resultados, realizando ampla ouvidoria sobre o ensino médio, elaborando documento final que subsidiará o CEE na implementação de normas sobre o assunto de forma a subsidiar o CEE nas questões relativas às políticas e diretrizes para o Ensino Médio no Estado do Pará.

---

<sup>1</sup> Lema das políticas da reforma do ensino médio propagada na mídia pelo MEC no final de 1990.

Nesse sentido, com a finalidade de subsidiar os debates sobre o ensino médio no Pará, apresentamos este diagnóstico, o qual contém indicadores relativos a eficiência do sistema, apresentando números por esferas administrativas relativa a matrícula e movimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) nas modalidades do ensino médio e da educação profissional técnica no período de 2008 a 2012. Espera-se que este breve diagnóstico possa colaborar com a elaboração de propostas baseadas em dados concretos de forma a nos fazer vislumbrar dias melhores para essa etapa da Educação Básica no Pará

## 2. A MATRÍCULA DO ENSINO MÉDIO NO PERÍODO ENTRE 2008 E 2012

Os dados contabilizados neste diagnóstico relativos à matrícula foram calculados com base nos dados divulgados no Censo Educacional do MEC/ INEP, os quais apresentam três modalidades de Ensino Médio no Estado do Pará, o qual registra as turmas regulares do Ensino Médio, o Ensino Médio Normal/ Magistério e o Ensino Médio Integrado.

Observa-se que o ensino médio ainda apresenta um crescimento tímido, considerando que desde a década de 1990, se mantém na casa dos 350 mil alunos, apresentando em 2008, 337.815 alunos e em 2012 356.554 alunos matriculados, representando um crescimento de 94,7% nesse período, como mostra a tabela 01.

**Tabela 01: Número de Matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado no estado do Pará - 2008 a 2012.**

Ano	Número de matrículas			
	Total	Ensino Médio	Ensino Médio Normal/ Magistério	Ensino Médio Integrado
2008	337.815	335.755	30	2.030
2009	346.796	343.694	47	3.055
2010	356.885	352.278	0	4.607
2011	352.602	346.951	43	5.608
2012	356.554	350.980	17	5.557

Observa-se a permanência do gargalo das sucessivas repetências e abandono da escola no Ensino Fundamental que impede a expansão do Ensino Médio. Apesar de a Lei tornar possível a integração do Ensino Médio a Educação Profissional Técnica, as matrículas no cômputo geral das matrículas do Ensino Médio ainda permanece tímida, uma vez que as matrículas do Ensino Médio Integrado não chegam a 6.000 alunos no estado todo.

A tabela 02 mostra a matrícula do Ensino Médio por esfera administrativa revelando que as redes estadual e privada são as redes que apresentam os maiores volumes de matrículas, respondendo por 90% e 10% do total respectivamente das matrículas em 2012. As redes federal e municipal representam 1% e 0,05 respectivamente. As matrículas nas áreas urbanas seguem a mesma tendência da contagem geral.

**Número de Matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado por Localização e Dependência Administrativa, no estado do Pará - 2008 a 2012**

<b>Matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado</b>										
<b>Localização / Dependência Administrativa</b>										
<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>				<b>Total</b>	<b>Urbana</b>			
		<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Privada</b>		<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Privada</b>
2008	337.815	2.900	309.963	369	24.583	329.043	2.900	301.703	287	24.153
2009	346.796	2.963	319.469	269	24.095	336.642	2.963	309.749	246	23.684
2010	356.885	3.421	325.604	299	27.561	346.125	3.421	315.464	167	27.073
2011	352.602	3.682	318.094	296	30.530	323.261	3.573	289.631	159	29.898
2012	356.554	3.819	319.180	187	33.368	327.760	3.718	291.193	119	32.730

A tabela 03 apresenta a matrícula por série e segue a tendência da concentração dessas matrículas na 1ª série e sua gradativa diminuição na segunda e terceira série. A quarta série apresenta uma um volume menor de matrícula por estar associada à educação profissional em nível técnico. As matrículas não seriadas no período entre 2008 e 2012 foram decrescentes, uma vez que estão associadas a projetos de aceleração do Ensino Médio.

**Tabela 03: Número de Matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado por Série, no estado do Pará - 2008 a 2012**

Ano	Matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado					
	Total	Série				
		1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	Não-Seriada
2008	337.815	136.185	106.133	93.938	319	1.240
2009	346.796	141.228	108.706	96.272	294	296
2010	356.885	147.684	110.095	98.494	472	140
2011	352.602	142.611	112.304	96.788	456	443
2012	356.554	146.536	110.229	99.008	610	171

A tabela 04 mostra a matrícula do Ensino Médio por turno, na qual o vespertino é o turno com 104.000 matrículas, sendo a rede estadual a que mais possui matrículas nesse turno com 97.556 alunos. O turno matutino é o segundo com maior número de matrículas com 119.170 alunos, sendo as redes estadual com 91.937 alunos e a privada com 26.837 as que mais possuem matrículas nesse turno. O noturno é o turno preferencial de matrícula no Ensino Médio, pois é o turno com 127.810 alunos, sendo que a rede estadual até 2012 matriculou 127.006 alunos nesse turno e a rede privada 741 alunos.



**Tabela 04: Número de Matrículas no Ensino Médio por Turno e Dependência Administrativa, no estado do Pará - 2008 a 2012**

<b>Matrículas no Ensino Médio</b>																
<b>Turno / Dependência Administrativa</b>																
<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Matutino</b>					<b>Vespertino</b>					<b>Noturno</b>				
		<b>Total</b>	<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Privada</b>	<b>Total</b>	<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Privada</b>	<b>Total</b>	<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Privada</b>
2008	335.755	96.177	782	74.352	79	20.964	91.539	217	88.407	74	2.841	148.039	0	147.100	216	723
2009	343.694	100.297	901	78.887	62	20.447	97.023	3	94.031	27	2.962	146.374	0	145.639	70	665
2010	352.278	107.614	948	83.826	49	22.791	103.517	0	99.802	28	3.687	141.147	81	140.219	25	822
2011	346.951	112.225	893	86.731	63	24.538	103.044	0	97.956	0	5.088	131.682	73	130.964	0	645
2012	350.980	119.170	396	91.937	0	26.837	104.000	423	97.990	0	5.587	127.810	63	127.006	0	741

A tabela 05 mostra o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica é eminentemente urbana e localizada nas redes federal e estadual, sendo que no Estado do Pará essa modalidade até 2012 atingiu 5.557 alunos matriculados dos quais 2.937 se concentram na rede federal e 2.247 na rede estadual se constituindo as redes que mais ofertam vagas nessa modalidade. As redes municipal e privada apresentam eventuais matrículas.

**Tabela 05: Número de Matrículas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional por Localização e Dependência Administrativa, no estado do Pará - 2008 a 2012**

Ano	Matrículas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional									
	Localização / Dependência Administrativa									
	Total	Total				Urbana				
Federal		Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	
2008	2.030	1.888	87	-	55	1.907	1.888	-	-	19
2009	3.055	2.059	865	110	21	2.841	2.059	672	110	-
2010	4.607	2.392	1.757	197	261	4.012	2.392	1.506	114	0
2011	5.608	2.716	2.443	233	216	4.968	2.607	2.202	159	0
2012	5.557	2.937	2.247	187	186	4.935	2.836	1.980	119	-

## 2.1 REFLEXOS DOS PROCESSOS DE MATRÍCULA NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

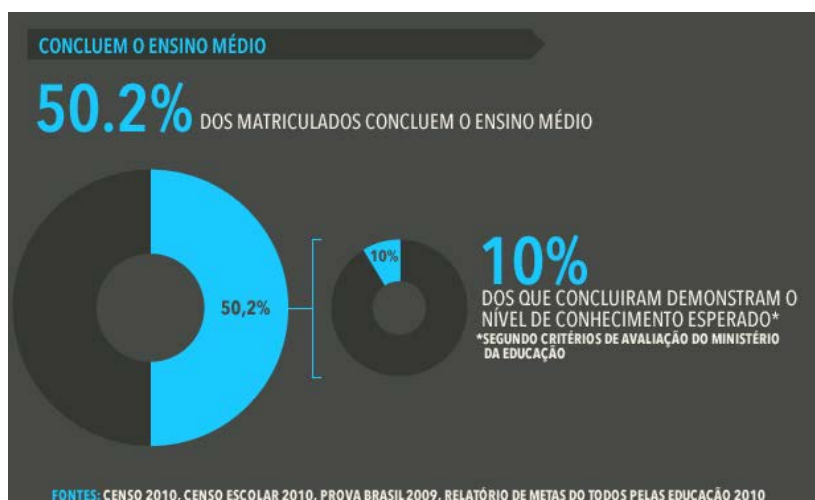
O Ensino Médio, como etapa final da Educação Básica, tem sido o foco permanente de discussões, reflexões e problematizações no âmbito da mídia, dos círculos acadêmicos, das organizações econômicas e em diversos espaços da sociedade. Isso se deve, em grande parte, ao histórico quadro de fracasso escolar que essa etapa da educação formal tem conservado ao longo das últimas décadas. O problema do Ensino Médio, historicamente constatado, é hoje um dos principais desafios para as políticas educacionais, em função das perdas materiais e humanas determinadas pelos baixos resultados alcançados, especificamente no Estado do Pará e sua posição em relação aos demais estados da Região Norte e do Brasil.

Temos inúmeros desafios nesta etapa da Educação Básica, principalmente pelos resultados demonstrados pelo ENEM com o desempenho dos estudantes ou da realidade de matrículas de jovens nesta referida etapa, conforme os dados abaixo:



Fonte: Ig Educação

Como os dados apontam, há um milhão de jovens entre 14 e 17 anos estão fora do Ensino Médio. Por outro lado, os resultados relacionados ao desempenho dos estudantes após a conclusão do Ensino Médio conforme os dados abaixo, também nos apontam a necessidade de revisão das estruturas curriculares, das metodologias adotadas pelos docentes e do compromisso dos estudantes em suas aprendizagens.



Fonte: Ig Educação.

Para além dos resultados negativos, a discussão do papel do Ensino Médio gira em torno da sua identidade como etapa final da escolaridade básica. Está em questão sua funcionalidade, organização curricular, qualidade da formação dos docentes, financiamento e, em particular, os desafios da formação humana no âmbito das grandes transformações no campo do trabalho, cultura, ciência e tecnologia que atravessam a sociedade contemporânea.

Essas mudanças geram uma contradição entre o funcionamento do Ensino Médio tradicional e sua capacidade de motivar a juventude para a permanência no espaço escolar.

O Ensino Médio tradicional já demonstrou sua inadequação, concretizada nos resultados negativos, e sua incapacidade de responder às necessidades formativas da nossa juventude, particularmente dos que necessitam da educação pública. Não consegue produzir a educação de qualidade social necessária aos educandos que, nessa etapa da vida, deveriam ter acesso a um conhecimento estimulador da construção de seu projeto de vida, um conhecimento pertinente a sua formação como cidadão, agente da vida social e com as capacidades técnicas necessárias para a inserção no mundo do trabalho.

Os sintomas da crise no Ensino Médio já foram percebidos pela sociedade. O Estado está desafiado a produzir medidas na forma de políticas públicas para evitar que as novas gerações continuem sendo excluídas pelo fracasso escolar. Fracasso que vitimou e foi devastador para gerações passadas. Segundo Moura, Lima Filho e Silva (2012, p. 25), o Ensino Médio ideal para o Brasil seria aquele “que garanta uma base unitária para todos, fundamentado na concepção de formação humana integral, onilateral ou politécnica, tendo como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura”.

O fomento à educação média de qualidade não se resume a aplicações de mais recursos financeiros ao campo educacional estritamente: com valorização profissional, o que, de forma evidente, é de extrema urgência no Estado do Pará. Em nosso entendimento, de pouco adiantará fazer todo um esforço monumental acerca da garantia de financiamento para a educação, como o que está sendo travado no Brasil acerca do destino dos royalties do petróleo das camadas do pré-sal, se as bases políticas, ideológicas e epistemológicas da escola de ensino médio continuarem fundadas em concepções e práticas produzidas no processo científico e tecnológico do mundo do trabalho estruturado nas primeiras etapas da Revolução Industrial, contextos históricos superados.

### 3. MOVIMENTO ESCOLAR NO PERÍODO ENTRE 2008 E 2012

A busca pela qualidade do ensino há muito tem sido meta a ser alcançada pelas políticas de educação no Brasil. A partir de 1990, essa meta tem se intensificado, em função do perfil estrutural da sociedade brasileira, visto que, segundo Brito (2001, p. 134), naquela década, “[...] havia no Brasil 42 milhões de muito pobres, ou 30% da população, e 16 milhões de miseráveis sem condições de escapar da fome”.

As estimativas levaram o governo paraense a adotar políticas que visavam à melhoria na qualidade da educação ofertada aos cidadãos, reduzindo o déficit educacional. Depois de o Governo evidenciar a universalização e qualificação do Ensino Fundamental, além da erradicação do analfabetismo, determinados pelo Plano Decenal de Educação Para Todos – 1993/2003 chegava a vez do Ensino Médio, visto que a sua conclusão “[...] tornou-se extremamente necessária” (FERNANDES, 2001, p. 35).

Nessa perspectiva, o Governo programou ações que mudariam o cenário da educação no Estado e que contariam com recursos próprios ou apoiados pelo MEC. Muitas dessas iniciativas incidiram, principalmente, sobre o Ensino Médio, pois a eficiência desse nível de ensino era discutida a partir dos dados de aprovação, reprovação e evasão, os quais vinham melhorando, conforme pode ser observado na Tabela 06.

**Tabela 06 – Pará: Quadro Comparativo dos Indicadores Educacionais 1988-1997 no Ensino Médio**

INDICADORES	ANOS		
	1988	1994	1997
Aprovação	65,4%	60,8%	65,3%
Reprovação	20,4%	23,0%	20,1%
Evasão	14,2%	17,1%	14,6%

Fonte: PEE – 1999/2003.

É importante pontuar que, desde o início a década de 1990, o Estado do Pará, acompanhando a marcha brasileira da educação para todos, conseguiu atingir níveis de matrícula de 100% no Ensino Fundamental. Porém, como o atendimento ao aluno matriculado não ocorreu na mesma proporção, houve, gradativamente, um aumento considerável do número de crianças e jovens fora da escola, ocasionado pelo aumento da evasão (27,11%) no Ensino Médio paraense (MEC, 2005).

Especificamente para o Ensino Médio do Estado do Pará, o desafio é a efetivação de instrumentos normativos e políticas que visem não só a inserção de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, mas ações de permanência desses jovens para a continuação de seus estudos, por meio da criação de uma rede de escolas com condições de desenvolver um currículo que atenda às suas necessidades. Como foi possível observa na seção anterior esse desafio permanece, pois com um Ensino Médio eminentemente noturno, isso revela que a distorção idade-série ainda é uma situação dominante nessa etapa.

Essa contextualização é para estabelecer um parâmetro de comparação no que tange aos desafios que se tem a debater no âmbito desse fórum a fim de definir diretrizes para que escolas e sistemas de ensino possam balizar suas ações na busca da tão esperada qualidade. Nesse sentido, na tabela 07 é possível observar que a aprovação se mantém na casa dos 68% até 2010, sofrendo uma leve alteração em 2011 com a elevação da taxa de aprovação para 69,9%, conforme mostra a tabela abaixo.

**Tabela 07: Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono, no estado do Pará - 2008 a 2011**

Ano	Ensino Médio - Taxas de Rendimento Escolar		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
2008	68,2	9,8	22,0
2009	68,1	11,2	20,7
2010	68,9	11,9	19,2
2011	69,9	12,4	17,7

Na tabela 08 é possível ver que as taxas de aprovação por dependência administrativa revelam as redes federal e privada com melhores desempenhos que variam na casa dos 80% e 90%. A rede estadual apresenta-se com taxas que variam até 67% de aprovação.

**Tabela 08: Taxa de Aprovação, por Dependência Administrativa, no estado do Pará - 2008 a 2011**

Ano	Ensino Médio - Taxa de Aprovação				
	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2008	68,2	83,8	66,5	51,6	96,0
2009	68,1	84,5	66,0	61,3	95,0
2010	68,9	76,3	66,9	76,7	94,9
2011	69,9	79,5	67,5	57,1	94,9

Na Tabela 09 ver-se as taxas de reprovação por dependência administrativa segue a mesma tendência apresentada na aprovação, considerando que as redes federal e privada são as redes que apresentam os menores indicadores de reprovação. No entanto, a rede estadual no período entre 2008 e 2011 viu a reprovação crescer de 10,2% em 2008 até 13,1% em 2012. No computo geral das taxas de reprovação do Ensino Médio no Estado do Pará no período analisado cresceu de 9,8% em 2008 para 12,4% em 2011.

**Tabela 09: Taxa de Reprovação, por Dependência Administrativa, no estado do Pará - 2008 a 2011**

Ano	Ensino Médio - Taxa de Reprovação				
	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2008	9,8	11,7	10,2	24,2	3,3
2009	11,2	10,7	11,6	23,8	4,5
2010	11,9	17,9	12,3	15,5	4,3
2011	12,4	13,5	13,1	33,4	4,6

A tabela 10 apresenta as taxas de reprovação por série das quais se destaca as taxas de 1ª e 3ª série do Ensino Médio que apresentam taxas de reprovação sempre acima de 10%. Na 1ª série observa-se que as maiores taxas que em 2011 atingiu 14,4%. Na 3ª série observa-se o mesmo fenômeno a qual atingiu em 2011 uma taxa de 13,2% de reprovação. A 2ª série é a que apresenta as menores taxas, mas não menos preocupantes, pois nessa série ocorreu nesse período uma evolução de 8,1% em 2008 para 11,3% em 2011.

**Tabela 10: Taxa de Reprovação, por Série na Rede Estadual, no estado do Pará - 2008 a 2011**

Ano	Ensino Médio - Taxa de Reprovação na Rede Estadual					
	Total	Série				
		1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	Não-Seriada
2008	10,2	11,4	8,1	10,7	4,5	7,3
2009	11,6	13,0	9,5	12,0	0,0	0,7
2010	12,3	13,3	10,3	13,2	25,0	5,3
2011	13,1	14,4	11,3	13,2	0,0	3,7

É necessário refletir que a evolução de taxas de reprovação é danosa para o fluxo do Ensino Médio, uma vez que acabam potencializando as fragilidades herdadas do Ensino Fundamental, potencializando a distorção idade-série no interior dessa etapa, além de atrasar o prosseguimento de estudos e a entrada dos alunos no mundo do trabalho.

A tabela 11 apresenta as taxas de abandono por dependência administrativa as quais se apresentam em descendência, uma vez que em 2008 o abandono era de 22% e em 2011 diminuiu para 17,7%. As redes federal e privada se destacam com as menores taxas do período, ficando a rede estadual com as maiores taxas que apresentam uma leve diminuição, considerando que em 2008 essa taxa era de 23,3% e em 2011 diminuiu para 19,4%.

**Tabela 11: Taxa de Abandono, por Dependência Administrativa, no estado do Pará - 2008 a 2011**

Ano	Ensino Médio - Taxa de Abandono				
	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2008	22,0	4,5	23,3	24,2	0,7
2009	20,7	4,8	22,4	14,9	0,5
2010	19,2	5,8	20,8	7,8	0,8
2011	17,7	7,0	19,4	9,5	0,5

É necessário refletir que essas taxas revelam a distancia que a escola está distante dos interesses e necessidades dos alunos, considerando que esse abandono ocorre no decorrer do ano letivo. Isso fica claro nas taxas apresentadas na tabela 12 que de uma forma geral estão em processo diminuição, que em 2008 era de 22% e diminuiu para 17,7%. No entanto, quando vista no interior das séries observa-se que esse abandono torna-se de preocupante por localizar-se nos anos iniciais do Ensino Médio



que apesar de apresenta-se em queda, ainda é de extrema preocupação. A 3ª série com taxas não menos preocupante, apresentam os menores números que em 2011 atingiu a menor taxa do período que foi de 14,6%.

Tabela 12: Ensino Médio - Taxa de Abandono 2011						
Ano	Total	Série				
		1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	Não-Seriada
2008	22,0	25,1	21,3	18,0	2,1	30,5
2009	20,7	24,4	19,8	16,6	0,0	41,6
2010	19,2	21,8	18,7	16,1	6,3	4,0
2011	17,7	20,7	16,7	14,6	8,7	5,2

Os dados sobre distorção idade-série apresentam-se maiores na zona rural mantendo-se no período entre 2008 e 2010 na casa dos 67%. Na zona urbana, a distorção também se apresenta elevada na rede estadual que no período indicado se manteve em torno dos 64%. A distorção na rede estadual nesse período foi crescente a qual até 2010 atingiu 59,2% como pode ser observado na tabela 13.

**Tabela 13- Taxa de Distorção Idade-Série na rede Estadual no Pará no período de 2008 a 2010**

Taxa de Distorção Idade-Série - Ensino Médio						
Ano	Localização	1ª Série Médio	2ª Série Médio	3ª Série Médio	4ª Série Médio	Total Médio
2008	Rural	60,6	47,9	47,2	--	53,2
	Urbana	58,9	49,3	52,1	28	54
	<b>Total</b>	<b>55,6</b>	<b>46,0</b>	<b>48,3</b>	<b>20,4</b>	<b>50,5</b>
2009	Rural	65,5	65,9	66,1		65,8
	Urbana	60,9	59,8	62,8		61,1
	<b>Total</b>	<b>57,8</b>	<b>56,2</b>	<b>58,3</b>	<b>17,3</b>	<b>57,4</b>
2010	Rural	67,5	66,4	67,4	--	67,1
	Urbana	64,3	61,7	64,1	37,5	63,5
	<b>Total</b>	<b>60,5</b>	<b>57,7</b>	<b>59,2</b>	<b>23,7</b>	<b>59,2</b>

### 3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE ENSINO MÉDIO INTEGRADO<sup>2</sup>

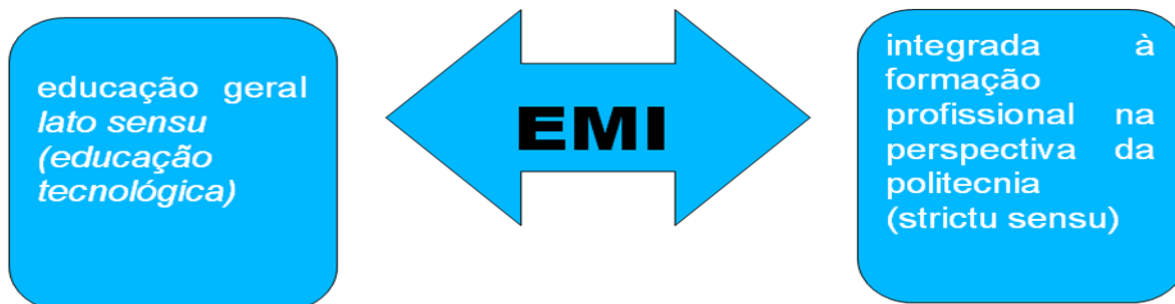
Ao longo do tempo, o Ensino Médio vem sendo marcado por essas características, as quais têm refletido negativamente sobre os jovens que passam por esse nível de ensino, sem que este marque suas vidas, dando-lhes condições de prosseguir estudos ou condições de acesso ao trabalho. Sobre a realidade exposta, Moura (2008, p.2) explica que:

Essa forma de atuar no ensino médio nas escolas públicas e privadas é perversa com a sociedade e, principalmente, com os filhos das classes trabalhadoras populares, já que a maioria da população vive a fase adulta e, portanto, atua profissionalmente com um nível de escolarização que não ultrapassa a educação básica.

É necessário ressaltar que, se de um lado Moura (2008) defende que a idéia de superação do ensino médio como ponte entre o ensino fundamental e o ensino superior como garantia de identidade, por outro, Ramos (2004, p.39) explica que isso se agravou na década de 1990, na qual essa etapa teve como lema a uma educação para a “vida”, como explica a autora:

Essa foi a tônica adquirida pelo ensino médio a partir da atual LDB. Sob um determinado ideário que predominou em nossa sociedade nos anos de 1990, preparar para a vida significava desenvolver competências genéricas e flexíveis de modo que as pessoas pudessem se adaptar facilmente às incertezas do mundo contemporâneo. Um possível projeto de futuro não teria relação alguma com um projeto de nação ou de sociedade – categorias consideradas obsoletas em face da globalização e do neoliberalismo –, mas seria, fundamentalmente, um projeto individual.

A situação descrita por Ramos (2004) associada aos indicadores do ensino médio no Brasil e no Pará conduzem a perceber que é necessário mudanças urgentes nessa etapa da Educação Básica. Pensa-se que é neste ponto que nasce a idéia de um ensino médio integrado, considerando que:



<sup>2</sup> Esta seção é parte do texto Ensino Médio Integrado como política pública: Implicações ao desenvolvimento do Ensino Médio no Estado do Pará, apresentado na Reunião do Fórum Nacional dos Conselheiros Estaduais realizado em Belém em 2009 de autoria do Prof. Me. Ricardo Augusto Gomes Pereira.

Ressalta-se que essa concepção acerca do Ensino médio no Brasil se consolidou a partir da publicação do Decreto 5451/2004 que instituiu possibilidades de união do ensino médio à Educação Profissional por meio de mecanismos específicos, os quais se convencionou chamar integrado. Entretanto, antes de ser a mera união dessa etapa da Educação Básica com a referida modalidade, Moura (2008, p. 3) ressalta que

Na proposta de integração, o ensino médio não seria profissionalizante no sentido *stricto*, mas estaria orientado à recuperação da relação entre **conhecimento e prática do trabalho**, o que denotaria explicitar como a **ciência se converte em potência material no processo produtivo**”.

Assim, a proposta do ensino médio integrado é promover um ensino que colabore para que o aluno domine os fundamentos científicos e tecnológicos das muitas técnicas que envolvem os processos de trabalho que existem na sociedade (MOURA, 2008), caracterizando-se dessa forma, um fazer politécnico, o qual Saviani (2003) apud Moura (2008, p.4-5) conceitua como:

Politecnia, literalmente, significaria múltiplas técnicas, multiplicidade de técnicas, e daí o risco de se entender esse conceito como a totalidade das diferentes técnicas, fragmentadas, autonomamente consideradas [...] Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica

Diga-se de passagem, essa concepção são consideradas idéias em construção, pois muitos são os autores que tem se debruçado para produzirem reflexões quanto “à possibilidade material de implementação plena da educação tecnológica de forma universalizada no ensino médio brasileiro nas condições socioeconômicas atualmente vigentes” (MOURA, 2008, p.6).

Dessa forma, o ensino médio integrado é um movimento de renovação curricular para essa etapa da educação, pois ao considerar trabalho, ciência, tecnologia e cultura como eixos estruturadores de um ensino que baseado na tecnologia “ao mesmo tempo, uma formação profissional *stricto sensu* exigida pela dura realidade vigente” (MOURA, 2008, p.6), mostrando que é necessária uma unidade para que ocorra a universalização do sistema educacional brasileiro por meio da integração dos referidos eixos.

Assim, a idéia central que permeia essa concepção de ensino médio é que este tenha uma identidade politécnica que permita aos jovens e adultos que tiverem acesso a ele a oportunidade escolher caminhos seguros de futuro, o qual Ramos (2008, p. 2)

afirma: “Esse caminho é o trabalho. O trabalho no seu sentido mais amplo, como realização e produção humana, mas também o trabalho como práxis econômica”.

A idéia de uma educação politécnica para o ensino médio se concretiza por meio de um currículo que desde o ensino fundamental possibilita a compreensão dos processos históricos, científicos e tecnológicos que norteiem as escolhas dos sujeitos a caminho da vida produtiva (RAMOS, 2008).

Assim, todos os diálogos aqui estabelecidos devem convergir à integração dos saberes do ensino médio ao contexto sócio-cultural e ao mundo do trabalho na forma como Frigotto et al (2005, p.10) recomenda:

A educação escolar básica - ensino fundamental e médio - tem uma função estratégica central dentro da construção de uma nação no seu âmbito cultural, social, político e econômico e, condição, para uma relação soberana e, portanto, não subalterna e colonizada com as demais nações. Antes disso, porém, trata-se de concebê-la como direito subjetivo de todos e o espaço social de organização, produção e apropriação dos conhecimentos mais avançados produzidos pela humanidade.

Portanto, a concepção de ensino médio integrado não é uma proposta subjugada ao status quo da sociedade, mas antes disso é uma possibilidade de emancipação dos jovens viverem plenamente sua juventude em uma escola que proporcione perspectivas de um futuro melhor.

### 3.2 ENSINO MÉDIO INOVADOR E O PROJETO JOVEM DE FUTURO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394-96), ao situar o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, define-a como a conclusão de um período de escolarização de caráter geral. Trata-se de reconhecê-lo como parte de uma etapa da escolarização que tem por finalidade o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (art. 22).

Para cumprir tais preceitos, o Governo do Estado do Pará integra nesta etapa da Educação Básica, dois projetos voltados para a melhoria da qualidade do Ensino Médio, no caso o Ensino Médio Inovador e o Jovem de Futuro.

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio, compreendendo que as ações propostas inicialmente vão sendo incorporadas ao currículo das escolas, ampliando o

tempo na escola e a diversidade de práticas pedagógicas, atendendo às necessidades e expectativas dos estudantes do ensino médio.

O ProEMI foi instituído pela Portaria no. 971, de 09/10/2009 com o objetivo de provocar o debate sobre o Ensino Médio junto aos Sistemas de Ensino Estaduais e do Distrito Federal, fomentando propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível e compatível com as exigências da sociedade contemporânea.

A Secretaria de Estado de Educação do Pará aderiu ao ProEMI no mesmo ano de implantação com a participação de 34 escolas da região metropolitana as quais elaboraram o Plano de Ação Pedagógica (PAP) contendo os Projetos da experiência de inovação curricular conforme as diretrizes gerais do programa. Após a avaliação desta Secretaria foram disponibilizados recursos para, entre outras ações, melhoria das condições de trabalho docente e formação continuada, infraestrutura e recursos pedagógicos além de apoio a projetos de pesquisa e estudos relativos ao ensino médio e a juventude.

Em 2011 a nova versão do ProEMI recebeu a adesão de 141 escolas do Pará espalhadas por diversos municípios de todo estado. O PAP foi substituído pelos Projetos de Reestruturação Curricular (PRC) os quais são apresentadas as ações em diferentes formatos (disciplinas, oficinas, projetos interdisciplinares, aquisição de materiais e tecnologias do Guia de Tecnologias atualizado, dentre outros) e poderão incluir formação específica para os profissionais da educação envolvidos na execução das atividades. O conjunto de ações do PRC de cada escola contemplaria, no mínimo, os Macrocampos obrigatórios: Acompanhamento Pedagógico e Iniciação Científica e Pesquisa.

Os recursos financeiros previstos são destinados ao desenvolvimento de propostas curriculares no ensino médio regular, na forma especificada nos PRC e deverão ser aprovados pelo Comitê Estadual do Programa. Para o ano de 2012 foram destinados cerca de R\$ 9.062.000,00(nove milhões e sessenta e dois mil reais) garantidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.

Por outro lado, o Programa Ensino Médio Inovador, quando de sua implantação pelos Estados e Distrito Federal, vem estabelecendo mudanças significativas nas escolas públicas de ensino médio não profissionalizante no País, revertendo os dados negativos referentes a esta etapa da educação básica.

Juntamente com o ProEMI encontra-se o Projeto Jovem de Futuro, configura-se nesta ação conjunta MEC, Instituto Unibanco e Secretaria de Estado de Educação do Pará com o objetivo de aumentar o desempenho escolar dos estudantes e diminuir os índices de evasão por meio de uma nova forma de gestão: a Gestão para Resultados. Além disso adota o uso de metodologias para melhorar a proficiência dos alunos nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática.

A meta é para melhorar substancialmente seu desempenho no período de três anos (duração do Ensino Médio). Com efeito, as escolas participantes do PJJ recebem capacitação e assessoria técnica para planejar, executar, acompanhar e avaliar uma proposta de melhoria de seus resultados.

O PJJ visa mobilizar alunos, professores e famílias em torno de metas pactuadas para um mesmo objetivo: garantir que jovens entrem, permaneçam, tenham um bom desempenho e terminem o Ensino Médio. Participam do ProEMI/PJJ 132 escolas da rede estadual de educação espalhadas, as quais representam o CICLO 1/ ano base 2012.

#### **4. INDICAÇÕES IMPORTANTES PARA DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES PARA O ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARÁ**

A elaboração desse diagnóstico propiciou observarmos a situação no Ensino Médio do Estado do Pará que se caracteriza por:

1. Taxas de matrículas marcadas pelo gargalo da reprovação e evasão do Ensino Fundamental;
2. Elevadas taxas de reprovação, especialmente na rede estadual;
3. Elevadas taxas de abandono;
4. Distorção idade-série como consequência da reprovação e abandono no interior do Ensino Médio;
5. Ensino Médio eminentemente noturno.

Destaca-se que essas constatações a muito vem acompanhando o ensino médio do Pará e do Brasil, mas que precisam de diretrizes e políticas para o enfrentamento dessa realidade, os números revelam a ameaça que isso representa à cidadania dos jovens paraenses e brasileiros, pois ao ser proclamada no diversos instrumentos normativos como condição de acesso à cidadania, o Ensino Médio nas condições em que se encontra, ao invés de acesso se torna um impeditivo, pois como ressalta Fernandes (2001, p.7) “há muito o que fazer no que diz respeito a correção dessas distorções, levarão décadas para se alcançar resultados positivos”.

O parecer dessa autora é bastante visionário, uma vez que suas previsões ocorreram em 2001 e até hoje parecem pressionar o Ensino Médio. O enfrentamento dessas situações devem priorizar uma diretriz única que oriente:

1. A construção de projetos pedagógicos que atendem aos interesses e necessidades dos jovens e adultos no campo e na cidade;
2. Currículos que possibilitem a integração das áreas de conhecimentos;
3. Alternativas para amenizar a distorção idade-série em programas oficiais e privados de aceleração da aprendizagem no Ensino Médio;

4. Alternativas de flexibilização de cargas horárias do Ensino Médio em função da realidade sócio territorial e dos interesses e necessidades dos jovens e adultos no campo e na cidade;
5. Alternativas de formação de professores do Ensino Médio em programas específicos direcionados às áreas de conhecimento que priorizem os princípios éticos, estéticos e políticos em articulação com IEFES e IES privadas;

#### 4.1 ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR A PARTIR DA REALIDADE DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA

A reorganização complexa dos discursos educacionais, sem a devida resposta com uma prática condizente e, mais do que isso, umbilicalmente conectada com a realidade discente, pouco ou nada corrobora para modificar o atual quadro crítico do Ensino Médio.

Trata-se, portanto, de construir uma nova cultura escolar baseada no trabalho coletivo, na gestão democrática, na flexibilização dos espaços-tempos, ou seja, é necessário um novo senso comum sobre o papel da escola.

Para subsidiar o processo de reestruturação curricular do Ensino Médio no Estado do Pará, o Conselho Estadual de Educação vem coordenando o Fórum Estadual do Ensino Médio, com as realizações de reuniões preliminares e que precisam ser retomadas, apresentamos aos demais membros o levantamento sobre o Ensino Médio em duas regiões do país, para subsidiar nossa discussão.

#### **Estado: Rio Grande do Sul**

##### **Reestruturação Curricular – 2011 – 2014 Ensino Médio Politécnico 3000 horas**

	1º ano	2º ano	3º ano	TOTAL
Formação Geral	750 h	500 h	250 h	1.500 h
Parte Diversificada	250 h	500 h	750 h	1.500 h
<b>TOTAL</b>	<b>1.000h</b>	<b>1.000h</b>	<b>1.000h</b>	<b>3.000 h</b>

**Fonte: Proposta Pedagógica – SEDUC – RGS 2011**

As proporções de distribuição das cargas horárias dos dois blocos, formação geral e parte diversificada não são rígidas, permitindo aproximações quando da elaboração e distribuição de carga horária pelas áreas de conhecimento na matriz curricular que integra o



Projeto Político Pedagógico da Escola. Essa distribuição visa assegurar um processo de ensino e aprendizagem contextualizado e interdisciplinar.

O Estado do Paraná propôs às escolas da rede pública adesão ao Currículo do Ensino Médio por Bloco de Disciplinas Semestrais, bem como critérios para adesão ao Ensino Médio Inovador.

Dessa forma, para o Estado do Pará na tentativa de flexibilizar as cargas horárias para atender às necessidades dos alunos e redes do Ensino Médio, sugere-se:

### **Diurno**

Vigência: a partir de 2014	
Dias letivos anuais: 200	Manhã: 07:30 às 12h
Turno: Diurno	
Semanas letivas anuais: 40	
Regime: Anual	
Duração da hora - aula: 60 minutos	Tarde: 13:30 às 18h
Carga horária total: 2580 horas/aula	
Dias letivos semanais: 05	

### **Noturno**

Vigência: a partir de 2014	
Dias letivos anuais: 200	Noite: 18:30 às 21:30
Turno: Noturno	
Semanas letivas anuais: 40	ou
Regime: Anual	
Duração da hora - aula: 60 minutos	Noite: 19:00 às 22h
Carga horária Aula: 1920 horas/aula	
Dias letivos semanais: 05	
Projeto Integrador: 480 horas/aula	Carga Horária Total : 2.400

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, V. L. A. de. O público, o Privado e as políticas educacionais. In: **Política e trabalho na escola: Administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2001.

FERNANDES, S. C. L. A porta de entrada para o ensino médio: Uma análise da série inicial no Pará. In: PARÁ. Secretaria Executiva de Estado de Educação. **Diagnóstico Educacional do Pará - 2000**. Belém: SEDUC, 2001.

MEC. Resultados do Censo Escolar 2005: **Ensino Médio**. Brasília/DF: INEP, 2006. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2007.

MOURA, Dante Henrique. **O Ensino Médio no Brasil: o real, o possível e a utopia necessária**. São Paulo: Seminário Internacional dos Secretários, 2008. Versão recebida por e-mail.

\_\_\_\_\_; LIMA FILHO, D.L.; SILVA, M.R. Politecnia e formação integrada: Confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. AZEVEDO, José Clóvis de; REIS, Jonas Tarcísio. **Reestruturação do ensino médio: pressupostos teóricos e desafios da prática**. São Paulo: 1ª ed., Fundação Santillana, 2013.